



**POLÍTICA DE PRIVACIDADE
E
PROTEÇÃO DE DADOS**

Nº Doc.	Elaborado	Verificado	Aprovado	Data
0010/RG/001/R0	Comitê Gestor de Proteção de Dados	 Diretoria	  Diretoria 	22/11/2022

CONTROLE DE REVISÕES

REV. Nº	QUANT. PÁGINAS	PÁGINAS REVISADAS	DATA	INFORMAÇÃO SOBRE A REVISÃO
R0	17		21/11/2022	Primeira Emissão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	OBJETIVOS	4
3	PRINCÍPIOS DO TRATAMENTO DE DADOS	4
4	DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS	5
5	OS DADOS COLETADOS E SUA FINALIDADE	7
6	FUNDAMENTOS LEGAIS PARA O TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS	8
7	TRATAMENTO DOS DADOS	9
8	COMPARTILHAMENTO DOS DADOS	9
9	TRANSFERÊNCIA E ALOCAÇÃO INTERNACIONAL DE DADOS	9
10	DESCARTE DOS DADOS PESSOAIS	10
11	TERCEIROS E OPERADORES	11
12	MONITORAMENTO DA PROTEÇÃO DE DADOS	11
13	RESPONSABILIDADES	11
14	DEVERES ESPECÍFICOS DOS TITULARES DE DADOS	12
15	DEVERES ESPECÍFICOS DOS COLABORADORES, AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS E TERCEIROS	12
16	PUBLICIDADE DA POLÍTICA LGPD	12
17	BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA E GOVERNANÇA	13
18	DISPOSIÇÕES FINAIS	13
19	ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (DPO)	14
20	VIGÊNCIA	14
	DEFINIÇÕES	15
	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	17

1 INTRODUÇÃO

A privacidade, a proteção de dados pessoais e o seu tratamento de forma transparente, ética, segura e responsável são valores essenciais para a JNS ENGENHARIA, desse modo a presente política integra a base documental da Governança de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais da JNS, visando a gestão do tratamento de dados pessoais com o propósito de proteger a privacidade de clientes, funcionários e terceiros, de acordo com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e demais legislações aplicáveis.

2 OBJETIVOS

Esta política, aplica-se a toda atividade da JNS, em todo território nacional, se destina aos Clientes, funcionários e terceiros, incluindo operadores e todos que se relacionam de alguma maneira com a JNS e tem como objetivo:

- Atender a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), a Lei nº 12.695/2014 (Marco Civil da Internet) e as demais legislações aplicáveis à matéria;
- Determinar diretrizes quanto ao tratamento dos dados pessoais que são fornecidos à Empresa ou coletados por meio digital (como e-mail, site) ou meio físico, por ocasião das diversas e demais situações que envolvem os titulares de dados (contratação de colaboradores, parceiros, prospecção de clientes, execução contratual, entre outros), podendo ser revisada a qualquer momento em decorrência de eventual atualização normativa;
- Esclarecer os titulares e interessados sobre a finalidade pela qual a JNS realiza o tratamento de dados pessoais, bem como a forma que são coletados ou compartilhados entre os seus prestadores de serviços e parceiros.

3 PRINCÍPIOS DO TRATAMENTO DE DADOS

A JNS se compromete a cumprir as normas previstas na LGPD e a realizar o tratamento de dados pessoais em conformidade com os princípios esculpido pelo artigo 6º da Lei 13.709/2018, sendo:

- **FINALIDADE:** realizará o tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
- **ADEQUAÇÃO:** o tratamento será adequado com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

-
- **NECESSIDADE:** o tratamento sempre corresponderá ao mínimo necessário para a realização das atividades da empresa, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
 - **LIVRE ACESSO:** aos titulares será garantida a consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
 - **QUALIDADE DOS DADOS:** garantia, aos titulares de dados, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade do seu tratamento;
 - **TRANSPARÊNCIA:** aos titulares será garantido o acesso às suas informações de forma exata, clara e precisa sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
 - **SEGURANÇA:** a JNS utilizará medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
 - **PREVENÇÃO:** a JNS terá sempre uma postura proativa e adotará as medidas e controles objetivos para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
 - **NÃO DISCRIMINAÇÃO:** a JNS proíbe e condena qualquer tratamento de dados para fins discriminatórios, ilícitos ou abusivos;
 - **RESPONSABILIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS:** a JNS adotará as medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais.

A empresa realizará a gestão de dados pessoais durante o ciclo de vida destas informações.

4 DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

O titular de dados possui os seguintes direitos conferidos pela LGPD e demais legislações aplicáveis à matéria:

- a) Confirmar a existência do tratamento e o acesso a seus dados pessoais;
- b) Corrigir as informações desatualizadas, incorretas e/ou incompletas;
- c) Bloquear ou eliminar dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a lei;
- d) Descaracterizar os dados (anonimização) impedindo o vínculo com a pessoa física;
- e) Apresentar oposição ao tratamento de dados pessoais, em caso de descumprimento da lei;

-
- f) Revogar o consentimento dado, nos casos de tratamento de dados amparados nessa hipótese legal;
- g) Exercer a portabilidade dos seus dados;
- h) Eliminar os dados pessoais tratados, sendo autorizada sua conservação para os casos de:
- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo Controlador;
 - Estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;
 - Transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na Lei nº 13.709/ 2018; ou
 - Uso exclusivo do Controlador, vedado seu acesso por terceiros, e desde que anonimizados.

A JNS atenderá às requisições feitas pelo titular dos dados, nos termos da Lei. No entanto, fatores justificáveis, tais como a complexidade da ação requisitada, poderão atrasar ou impedir o seu pronto atendimento, sendo certo que em caso de demora, a empresa apresentará ao titular dos dados os devidos motivos.

O titular dos dados deve estar ciente que a sua requisição poderá ser legalmente rejeitada, seja por motivos formais (a exemplo de sua incapacidade de comprovar sua identidade) ou por motivos legais (a exemplo do pedido de exclusão de dados cuja manutenção é livre exercício de direito pela empresa ou que sua manutenção (preservação) seja por força de legislação).

No caso de impossibilidade de acolhimento da solicitação feita pelo titular de dados (por motivos formais e/ou legais), o mesmo receberá as devidas justificativas dadas pela empresa.

5 OS DADOS COLETADOS E SUA FINALIDADE

Considerando a natureza de sua atuação, a JNS realizará o tratamento dos seguintes dados com as seguintes finalidades:

TIPO DE DADOS	FINALIDADE DO TRATAMENTO
DADOS PESSOAIS	<p>O tratamento dos dados pessoais será realizado para cumprir obrigação contratual, legal, judicial ou regulatória, em especial para atender as seguintes finalidades:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Execução de contrato de prestação de serviços de consultoria, projetos e estudos de engenharia nas áreas de meio ambiente, recursos hídricos, saneamento e sistemas urbanos em geral. Gerenciamento de planos, obras e sistemas de engenharia civil e ambiental.b) Realizar processo de faturamento e cobrança decorrente dos serviços prestados ao titular dos dados;c) Contratação de colaboradores pelo regime CLT, parceiros, prestadores de serviços, fornecedores;d) Prospecção de novos clientes;e) Apresentação de propostas comerciais/ técnicas privadas e públicas, conforme previsões e formalidades do edital;f) Permitir o acesso ao site, proporcionar o funcionamento de todas as funcionalidades disponibilizadas pelos canais de atendimento;g) Comunicar o titular dos dados sobre as manutenções e/ou interrupções programadas;h) Permitir o acesso ao sistema eletrônico da biblioteca/ CDI e demais sistemas da empresa;i) Responder solicitações e dúvidas do titular dos dados;j) Na execução de contrato com fornecedores;k) Na formalização e manutenção dos contratos de trabalho;l) Para enviar mensagens e/ou documentos referentes as atividades laborativas;m) Formalização e manutenção dos contratos de trabalho;n) Atender as exigências de órgãos públicos e leis trabalhistas, previdenciárias etc.;o) Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral e nas demais hipóteses previstas pela lei.

DADOS SENSÍVEIS	<p>O tratamento de dados sensíveis será realizado sem o consentimento do titular quando for indispensável para o cumprimento da obrigação legal, judicial ou regulatória, para o exercício regular do direito em processo judicial, administrativo ou arbitral e demais hipóteses previstas em lei.</p> <p>Quando os dados sensíveis não forem indispensáveis para as finalidades acima, seu tratamento será realizado mediante prévio consentimento do titular dos dados ou seu representante legal.</p>
DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	<p>O tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes somente será realizado em seu melhor interesse e com o consentimento prévio, específico e destacado por pelo menos um dos pais ou responsável legal.</p> <p>Especificamente os colaboradores da JNS, ao concordarem com a presente Política de Privacidade, autorizam a utilização dos dados pessoais de seus dependentes menores de 18 anos, que se fizerem estritamente necessários nos termos do artigo 14, parágrafo 1º da Lei nº13.709/2018.</p>

6 FUNDAMENTOS LEGAIS PARA O TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

O tratamento de dados pessoais realizados pela JNS, sem o consentimento do titular, apenas será realizado em razão das seguintes hipóteses previstas na Lei 13.709/2018:

- Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador (art. 7º, II da LGPD);
- Para a execução de contrato ou procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular de dados (art. 7º, V da LGPD);
- Ao exercício regular de direito em processo judicial, administrativo ou arbitral (art. 7º VI da LGPD e Lei de Arbitragem nº 9307/1996);
- Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros (art. 7º VII da LGPD);
- À tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária (art. 7º VIII da LGPD);
- Quando necessário, para atender interesses legítimos do Controlador ou terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais (art. 7, IX da LGPD);
- Para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente (art. 7º X da LGPD).

7 TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento de dados pessoais tem como objetivo avaliar e propiciar ao titular a melhor performance nos serviços e resultados obtidos pela JNS ou por seus prestadores de serviços, com definições de segurança e privacidade.

Os dados pessoais e informações coletados serão armazenados em ambiente seguro, através de ferramentas físicas, eletrônicas e gerenciais para a proteção da privacidade do titular.

As ferramentas serão aplicadas levando em consideração a natureza dos dados pessoais coletados, o contexto e a finalidade do tratamento e os riscos que eventuais violações gerariam para os direitos e liberdade do titular dos dados coletados. Assim, dentre as ferramentas e medidas adotadas estão o acesso dos dados apenas por pessoas autorizadas, o armazenamento dos dados em ambientes seguros com armários e arquivos fechados com chaves e controle de acesso, a aquisição de softwares e demais mecanismos de segurança.

Apesar da adoção de todas as medidas e meios necessários para proteção dos dados pessoais, faz-se necessário destacar que, apesar de todas as medidas de proteção adotadas, problemas por culpa exclusivamente de terceiros podem ocorrer, como: ataque cibernético de hackers, ação negligente ou imprudente praticada pelo usuário.

Assim, em caso de incidente de segurança (seja com dados físicos ou digitais) que possa causar risco ou dano ao titular, a empresa comunicará aos afetados e a ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados sobre o ocorrido, em consonância com as disposições da Lei nº 13.709/2018, adotando o **“Plano de Respostas a Incidentes de Segurança de Dados Pessoais”** da JNS.

8 COMPARTILHAMENTO DOS DADOS

Os dados pessoais dos titulares poderão ser compartilhados com autoridades governamentais, prestadores de serviços contratados, instituições financeiras, provedores de meio de pagamento de contas, empresas de fornecimento de benefícios, empresas de auditoria externa, entre outras, desde que respeitadas as disposições legais.

9 TRANSFERÊNCIA E ALOCAÇÃO INTERNACIONAL DE DADOS

É possível que ocorra transferência de dados para fora do território brasileiro, ocasião em que a JNS se compromete a fazê-lo somente para países que proporcionem um grau de proteção de dados pessoais dos titulares, considerado como adequada o previsto na legislação aplicável ou mediante

adoção de garantias e salvaguardas, como: cláusulas específicas, cláusulas padrão, normas corporativas globais, e outras hipóteses previstas no artigo 33 da LGPD.

Diante da necessidade ou da opção de alocação de dados internacional, a JNS reitera seu compromisso de sempre adotar eficientes padrões de segurança cibernética e proteção de dados, nos melhores esforços de garantir que escolherá servidores fora do Brasil que proporcionem o mesmo grau de proteção de dados pessoais àquele previsto pela Legislação Brasileira, considerando sempre a avaliação da autoridade nacional, conforme dispõe o artigo 34 da LGPD.

10 DESCARTE DOS DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais coletados serão utilizados e armazenados durante o tempo necessário para a prestação de serviço ou para as finalidades elencadas na presente Política de Privacidade, até que sejam atingidas, considerando os direitos dos titulares e do controlador.

De modo geral, os dados serão mantidos enquanto a relação contratual entre titular e a JNS perdurarem. Findado o período de armazenamento dos dados pessoais, estes serão excluídos, ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 16 da LGPD, a saber:

- Cumprimento de obrigação legal, regulatória ou contratuais;
- Estudo por órgãos de pesquisa, garantida a anonimização dos dados pessoais, sempre que possível;
- Transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos na Lei 13.709/2018;
- Uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro e desde que anonimizados os dados.

As informações pessoais sobre o titular, que sejam imprescindíveis para o cumprimento de determinações legais, judiciais e/ou administrativas e/ou para o exercício do direito de defesa, serão mantidas, **sem exclusão**, ficando o titular de dados ciente de que a JNS deverá permanecer com seus dados pelo prazo de guarda estabelecido por lei. São os seguintes dados e documentos: (i) trabalhistas; (ii) previdenciários, (iii) relacionados à segurança da saúde e do trabalho; (iv) dados cadastrais; (v) dados de identificação digital; (vi) execução de contratos públicos; (vii) dados e documentos de natureza tributária; (viii) outros dados. Sendo certo que a manutenção dos dados em posse da empresa se dará mesmo após o encerramento do vínculo empregatício e/ou o término do contrato.

11 TERCEIROS E OPERADORES

Os terceiros e operadores que tratem dados pessoais sob as instruções da JNS estão sujeitos às mesmas obrigações impostas à empresa de acordo com a legislação e regulamentação de proteção de dados pessoais aplicáveis.

A JNS assegurará que nos contratos e termos de consórcio com parceiros sejam contempladas as cláusulas de privacidade que exijam que os terceiros, implementem medidas de segurança, bem como controles técnicos e administrativos apropriados para garantir a confidencialidade e segurança dos dados pessoais. Ainda, que especifiquem que o operador está autorizado a tratar dados pessoais apenas quando seja formalmente solicitado pela JNS e somente sobre a finalidade específica e previamente definida.

Nos casos em que a JNS concordar que o prestador de serviços realize tratamento de dados fora do Brasil, cláusulas contratuais específicas deverão ser incluídas no contrato para garantir que as devidas salvaguardas exigidas pela legislação e regulamentação aplicáveis de proteção de dados pessoais sejam implementadas.

12 MONITORAMENTO DA PROTEÇÃO DE DADOS

A JNS garantirá que existam revisões periódicas a fim de confirmar que as iniciativas de privacidade, sistema, processos, precauções e outras atividades, incluindo o gerenciamento de proteção de dados pessoais, estão efetivamente implantados e mantidos em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis.

Adicionalmente, o tema deve ser avaliado com a devida periodicidade e de acordo com os riscos existentes. Caso identificados riscos e estes sendo relevantes o Comitê Gestor ou o Encarregado de Dados (DPO) poderá incluir revisão específica caso se demonstre necessário.

13 RESPONSABILIDADES

Todos os sócios, conselheiros, colaboradores ou quaisquer profissionais que executem suas atividades em nome ou em benefício econômico da JNS devem ler, compreender e zelar pelo cumprimento desta política.

É responsabilidade do Comitê Gestor e do Encarregado de Dados (DPO), com integral apoio e independência investida pela alta direção da JNS, desenvolver mecanismos de monitoramento a fim de assegurar que as diretrizes indicadas nesta política estão sendo cumpridas, bem como acompanhar os padrões e técnicas indicadas pela autoridade nacional.

14 DEVERES ESPECÍFICOS DOS TITULARES DE DADOS

Incumbe aos titulares de dados pessoais comunicar à JNS sobre quaisquer modificações em seus dados pessoais na sua relação com a empresa (ex.: mudança de endereço), notificando-a através do e-mail endereçado ao Encarregado (DPO) da JNS

15 DEVERES ESPECÍFICOS DOS COLABORADORES, AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS E TERCEIROS

São deveres específicos dos funcionários e terceiros:

- Não disponibilizar nem garantir acesso aos dados pessoais mantidos pela JNS para quaisquer pessoas não autorizadas ou competentes de acordo com as normas da empresa.
- Obter a autorização necessária para o tratamento de dados;
- Tomar ciência e cumprir com as diretrizes, políticas, Código de Conduta e Ética e demais normas e recomendações da empresa.
- Todos os destinatários desta Política têm o dever de contatar o Encarregado (DPO) da JNS, quando da suspeita ou da ocorrência efetiva das seguintes ações: **(i)** Operação de tratamento de dados pessoais realizada sem base legal que a justifique; **(ii)** tratamento de dados pessoais sem a autorização por parte da JNS no escopo das atividades que desenvolve; **(iii)** Operação de tratamento de dados pessoais que seja realizada em desconformidade com a Política de Segurança da Informação e do Código de Conduta e Ética da JNS; **(iv)** Qualquer outra violação desta Política ou de qualquer um dos princípios de proteção de dados.

16 PUBLICIDADE DA POLÍTICA LGPD

Essa Política estará disponível no site www.jnsengenharia para todos os clientes, funcionários e terceiros, bem como órgãos públicos e entidades com as quais possa haver interação, e a qualquer outra parte que mantenha relação com a JNS Engenharia, sejam pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem fins lucrativos.

17 BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA E GOVERNANÇA

Em conformidade com os princípios da LGPD e com as boas práticas de segurança da informação e de proteção de dados pessoais, a JNS possui um Programa de Governança em Privacidade que atende a todos os requisitos legais exigidos pela LGPD, abaixo destacados:

- A JNS demonstra com clareza seu compromisso com a proteção de dados pessoais ao adotar processos e políticas internas que assegurem o cumprimento, de forma abrangente, de normas e boas práticas relativas à proteção de dados pessoais, a exemplo da presente POLÍTICA DE PRIVACIDADE;
- Aplica os mesmos métodos de proteção de dados a todo o conjunto de dados pessoais sob seu controle, independentemente do modo como se realizou sua coleta;
- A transparência é um dos principais pilares do Programa implementado pela JNS. A empresa busca constantemente, através de controles e procedimentos adotados, manter uma relação de confiança com os titulares dos dados pessoais, assegurando mecanismos para sua participação com controle de seus dados e exercícios de seus direitos, de forma facilitada;
- Ao implementar seu programa, a JNS adotou um plano de resposta adequada e em tempo razoável para incidentes;
- Por fim, a JNS mantém seu Programa, políticas e procedimentos atualizados, a partir de monitoramento contínuo, avaliações periódicas e com controle de revisões.

18 DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente Política de Privacidade deve ser lida e considerada em conjunto com outras normas e procedimentos aplicáveis e relevantes adotados pela JNS e deverão nortear todas as áreas a fim de contribuir para uma visão única e integrada.

Será assegurado pela JNS que esta política e todos os documentos normativos complementares sejam amplamente divulgados aos seus funcionários, visando a sua disponibilidade para que todos que se relacionem com a organização – de forma direta ou indireta – sejam impactados.

A JNS manterá um programa de atualização dessa política visando garantir que todos os requisitos de segurança e legais implantados sejam cumpridos e que se mantenham em conformidade com a legislação vigente.

Como é dever de todos os funcionários observarem os termos desta Política e das normas internas que venham a ser implementadas, ficam todos cientes que, em caso de violação das regras estabelecidas, as seguintes sanções disciplinares poderão ser aplicadas, a saber:

-
- (i) **Advertência por escrito;**
 - (ii) **suspensão;**
 - (iii) **rescisão do contrato de trabalho por justa causa ou do contrato de prestação de serviços;**
 - (iv) **ajuizamento de ações cíveis ou criminais, caso a violação importe em danos à JNS ou importe em um ilícito penal.**

19 ENCARGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (DPO)

Para exercer os direitos aqui previstos e assegurados pela Lei nº 13.709/2018, ou caso tenha dúvidas sobre esta política, o titular pode entrar em contato com o ENCARGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (DPO) através do e-mail: dpo.jns@jnsecg.com.br.

20 VIGÊNCIA

Esta POLÍTICA entra em vigor na data de aprovação pela Diretoria.

DEFINIÇÕES

AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS: O controlador e o operador de dados pessoais.

ANONIMIZAÇÃO: Utilização de meios técnicos, razoáveis e disponíveis no momento do tratamento de dados pessoais, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo. O dado anonimizado não é considerado dado pessoal para os fins da LGPD.

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (“ANPD”): Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo território nacional. A ANPD foi instituída pela LGPD como órgão da administração pública federal com autonomia técnica, integrante da Presidência da República, definido a sua natureza como transitória e passível de transformação pelo Poder Executivo em entidade da administração pública federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada à Presidência da República.

CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS: Pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

DADOS PESSOAIS: Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável. Também são considerados dados pessoais aqueles utilizados para formação do perfil comportamental de determinada pessoa natural.

DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico quando vinculado a pessoa natural.

DECLARAÇÃO DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS OU DECLARAÇÃO: é esta Política de Privacidade

ENCARREGADO OU DATA PROTECTION OFFICER (“DPO”): Pessoa física ou jurídica indicada pelo Agente de Tratamento para atuar como canal de comunicação entre o Controlador, os titulares de dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Será responsável pela implementação do Programa de Conformidade às leis de proteção de dados pessoais e condução das atividades relacionadas à proteção de dados pessoais no Sistema de Controles Internos e de Conformidade da JNS.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (“LGPD”): Diploma normativo (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais em meios digitais ou físicos realizados por pessoa natural ou por pessoa jurídica, de direito público ou privado, tendo como objetivo defender os titulares de dados pessoais e ao mesmo tempo permitir o uso dos dados para finalidades

diversas, equilibrando interesses e harmonizando a proteção da pessoa humana com o desenvolvimento tecnológico e econômico.

OPERADOR DE DADOS PESSOAIS: Pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Controlador

TERCEIRO: É toda pessoa física ou jurídica contratada pela JNS para desenvolver ou auxiliar no desenvolvimento de suas atividades, tanto na qualidade de fornecedores de bens ou serviços, como de parceiros comerciais.

TITULAR DE DADOS PESSOAIS (“TITULAR”): Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (“TRATAMENTO”): Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018.**

- **Guia de Boas Práticas LGPD – ANPD**

(https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados/guias/guia_lgpd.pdf)